*Artigo

Quem paga o pato?

Mais uma vez os alimentos aparecem como vilões da inflação. Certa vez foi o tomate, depois, alface, batata, até o pobre do chuchu já pagou o pato. Agora parece que será o feijão de cores, junto com o arroz. Se bem que vai ser difícil, porque o preço do pato deve ter subido também. Estamos vivendo um ano complicado para o agronegócio. Primeiro foi o atraso nas chuvas, atrasando a semeadura da safra de verão. Depois a seca de abril/maio, prejudicando o arroz, feijão, soja, algodão e, principalmente o milho de segunda safra. Agora o frio, geada, prejudicando frutas e hortaliças. O resultado é uma safra de grãos um pouco menor que a anterior, uma quebra não só da safra, mas também dos sucessivos recordes batidos ano a ano.

Mas, e a tal propalada pujança de nossa agricultura? Se somos tão eficientes, como isso ocorre com frequência no Brasil? Muito bem, vamos colocar cada coisa em seu lugar. O primeiro ponto é que, embora os preços dos alimentos, nas últimas décadas, tenham caído em nível de produtor, no varejo eles têm mais ou menos acompanhado a inflação. Nos últimos 16 anos: inflação acumulada de 194,31% e aumento acumulado da cesta básica de 191,00%. Mas, ainda há outro fator muito importante: em janeiro de 2000, um salário mínimo nacional comprava 1,01 cestas básicas, em maio de 2016 comprou 2,24. Então vamos combinar que não são os alimentos que detonam o orçamento familiar, certo?

O fato é que, em função dos problemas climáticos, vai piorar um pouco. As carnes e o leite devem subir ainda, pois o milho e a soja são componentes importantes das rações. E houve queda na produção de ambos. O fato é que quando se produz bastante, os preços caem e o produtor é desestimulado, e produz menos no próximo ano; quando há quebra de produção os preços sobem e o consumidor paga o pato (olha ele aí outra vez). Quem é responsável por essa gangorra? Existe uma coisa de chamamos de Estoque Regulador. Ou seja, em anos com superprodução, o governo deve garantir os preços ao produtor, de modo a mantê-lo produzindo de modo correto, sustentável, comprando e armazenando o excesso produzido, por preço justo; em anos de produção prejudicada, os estoques devem ser colocados no mercado, de modo a não sacrificar o consumidor, e controlar a inflação. Os estoques estão baixos no Brasil. Políticas públicas podem, e deveriam minimizar este tipo de problema. A manutenção de estoques implica em uma política correta de preços mínimos e de seguro rural, além de política fiscal coerente para o setor.

Por mais que o agro seja eficiente, por mais técnica que se empregue na agricultura, por mais que a ciência tenha se desenvolvido, ainda não temos ferramentas que anulem os efeitos climáticos. Talvez nunca tenhamos. E, com o possível aquecimento global, isso vai piorar. Como lidar com isso tudo? Governos com um mínimo de comprometimento com os cidadãos. Governos que governem para o País e não para se manter no poder. A história é antiga... Por quanto tempo ainda teremos que achar alguém, ou algum produto, para pagar o pato?

Por Ciro Antonio Rosolem, Vice-Presidente de Estudos do Conselho Científico para Agricultura Sustentável (CCAS) e Professor Titular da Faculdade de Ciências Agrícolas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (FCA/Unesp Botucatu).

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA
Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997
ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Parque Mansões • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501
CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.
Tiragem total: 1,5 mil exemplares
ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br
DEPTO. DE ARTES
Reinaldo Manarim Neto
Maykon Henrique Moura
Everton Matheus N. Campos
DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
GRÁFICA
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.123/0001-07
CONTATO
adm@diariodaserra.com.br
65 3326-4724
CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br

*Curtas

Cras leva equipe volante para zona rural

Donas de casas residentes no assentamento São José em Nova Olímpia tiveram um dia diferente na última terça-feira, 21, oportunizado pela equipe volante do Centro de Referência de Assistência Social (Cras). Logo de manhã, as moradoras já aguardavam a equipe composta pela assistente social Joanil Pedrosa e as servidoras Nilce Breginski e Ivaneide Alencar para iniciar uma série de atividades relacionadas a culinária com ênfase a utilização da matéria prima local. Na sede da comunidade, foi montada uma cozinha para o preparo do almoço e diversos produtos a base de mandioca como salgados, bolos, pão italiano, entre outros. "É um dia de culinária rural, aproveitando a matéria prima existente na comunidade, ensinando a produzir alimentos que podem ser usados na alimentação familiar bem como fonte de renda", disse a assistente social Joanil. Ela destacou a animação das mulheres que rapidamente ajudaram na montagem da cozinha, levando fogão, forno entre outros utensílios. Ao final da tarde, houve uma confraternização envolvendo todas as participantes.

Mais R$ 200 mi

O Governo de Mato Grosso terá mais R$ 200 milhões para tocar as obras do VLT, paradas desde dezembro de 2014. O recurso foi liberado pela Caixa Econômica, após solicitação de empréstimo realizada pelo Estado. Com o novo aporte, o Governo passa a ter disponível R$ 400 milhões para aplicação no modal. Isso porque, o Estado já dispunha de outros R$ 200 milhões em financiamentos aprovados pela Caixa.

Obras VLT

Apesar da liberação do dinheiro, o impasse quanto à retomada das obras continua. Pelas contas do Governo, com base em auditoria feita pela empresa KPMG, seriam necessários mais R$ 602 milhões para conclusão do VLT. No entanto, o Consórcio construtor quer R$ 1,3 bilhão, o que vem impossibilitando uma negociação. Mesmo diante do cenário, o Estado busca meios de obter o montante.

Vacina contra dengue

A Sanofi Pasteur, Divisão de Vacinas da Sanofi, anunciou nesta quinta que que o Ministério da Saúde da Costa Rica aprovou a vacina tetravalente contra a dengue, para proteção de indivíduos contra os quatro sorotipos da dengue, especialmente em zonas endêmicas. A Costa Rica torna-se o quarto país latino-americano a registrar a vacina contra a dengue. O México, Brasil, El Salvador e Filipinas já contam com seu registro.

Impacto global

De acordo com a OMS, a dengue é atualmente a enfermidade transmitida por mosquitos de mais rápido crescimento no mundo, causando cerca de 400 milhões de infecções a cada ano. Nos últimos 50 anos, a dengue foi se espalhando e, tornou-se hoje endêmica em 128 países, onde moram cerca de 4 bilhões de pessoas. Além disso, a incidência da dengue aumentou 30 vezes no mesmo período.

*Bastidores da Política

Mais uma

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da 3ª Promotoria de Justiça Cível de Tangará da Serra está movendo mais uma Ação Civil Pública de obrigação de fazer, com pedido de tutela de urgência, contra o município de Tangará da Serra. Nesta o pedido é para que o Executivo anule o Decreto nº 125/2016 e nomeie, no prazo de três dias úteis o Procurador Geral do Município de Tangará.

Ação

A ação foi proposta depois que o órgão instaurou Inquérito Civil diante de denúncias de irregularidades na Procuradoria Municipal de Tangará da Serra. "No curso das investigações verificou-se que o Prefeito Fábio Martins Junqueira, em 15 de abril de 2016, editou o Decreto nº 125/20161 determinando que o Prefeito Municipal exercerá a competência privativa de representar o Município em Juízo".

Notificação

Frente a essa constatação, o MPE emitiu Notificação Recomendatória para que o notificado anulasse imediatamente o Decreto, "ante a sua patente ilegalidade e a nomeação, no prazo de 72 horas, do Procurador Geral do Município de Tangará da Serra. Contudo, conforme narra a promotora de Justiça Fabiana da Costa Silva Vieira, Junqueira não cumpriu a citada Notificação Recomendatória.

Outro lado

Sobre esses pedidos, o prefeito disse que tudo já foi cumprido, pois trata-se de uma ação velha, datada de 9 de junho. "O decreto já foi revogado e o cargo já está sendo ocupado pela Dra Caruline S. Ribeiro". Fábio justificou ainda que o decreto foi editado somente por conta da ação relacionada a merenda escolar e que, quando em resposta a Notificação Recomendatória, o mesmo estava sem vigência.

Recomendação

Ainda na ação, a promotora afirma que "não há justificativa para a vacância do cargo de Procurador Geral", antes ocupado por Gustavo Piola. Já Junqueira afirma que a exoneração de Piola, em agosto de 2015, foi decidida por conta de uma notificação recomendatória do próprio Ministério Público, em virtude de que o mesmo responde a um processo.

Extraordinária

Diante de toda confusão e polêmica em torno da votação do projeto que fixa a forma de pagamento da RGA dos servidores públicos, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Guilherme Maluf (PSDB), convocou uma sessão extraordinária para a próxima segunda-feira, 27. O objetivo é discutir a continuação do trâmite do projeto de lei.

Polêmica

A matéria começou a ser apreciada na sessão noturna da última quarta-feira, ocasião em que 12 votos a favor da aprovação e 10 contrários. Entretanto, a deputada Janaina Riva (PMDB) afirmou que foram contabilizados votos de parlamentares que estavam fora do plenário. A parlamentar pediu as imagens da votação e ameaçou judicializar a questão.

Votação

Maluf disse, por meio de sua assessoria, que será decidido nessa sessão extraordinária se a votação será reiniciada ou retomada de onde parou. Assim que a votação acabou, por conta de um pedido de vista do deputado Zeca Viana, alguns parlamentares seguiram para uma reunião com o governador Pedro Taques (PSDB). Enquanto isso, servidores seguem paralizados.

"Se o projeto de lei do Governo não passar, não vai ter a RGA"

O secretário-chefe da Casa Civil, Paulo Taques, afirmou que se o projeto de lei do Governo que fixa a forma de pagamento da Revisão Geral Anual (RGA) dos servidores não passar na Assembleia Legislativa, não haverá o pagamento do benefício. Em entrevista, o secretário disse que os sindicalistas estão "vaiando os deputados errados". "Se o projeto de lei do Governo não passar, aí não vai ter a RGA. Ninguém se atentou para isso ainda. O projeto de lei é para pagar a RGA da forma que nós podemos pagar, sendo o único Estado, junto com Paraná, a pagar no Brasil", disse. "Agora, se o projeto de lei não passar, aí vamos pagar o que da RGA? Vamos pagar zero. Eu acho que os sindicalistas estão batendo palma para os deputados errados e vaiando os deputados errados".